

IMPASSE NA CPI DOS CORREIOS

Comissão é instalada, mas falta de acordo adia para terça-feira a escolha dos dirigentes

Fotos: Gerardo Magela



TENTATIVA Diante de um grande número de parlamentares presentes à instalação da CPI, Jefferson Péres faz apelo ao entendimento, que considera vital para a eficácia da comissão

Páginas 3 a 5

Domésticos sem descontos nos salários

Empregador não poderá deduzir do salário despesa com alimentação e moradia, segundo projeto aprovado pela CAS.

Página 8

Comissão acolhe indicação para embaixada

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sabatina indicados para embaixador nas Filipinas e delegado na Unesco.

Página 7



DIÁLOGO Lula, entre Renan e Severino, marcou nova reunião para aprofundar debate sobre reforma política e outros temas da agenda positiva

Lula diz a Renan que deseja participar da reforma política

Em reunião ontem com Renan Calheiros e Severino Cavalcanti, o presidente Lula prometeu também limitar a edição de medidas provisórias.

Página 6

Plenário aprova política para a inclusão de jovens

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). A proposta, resultante de medida pro-

visória, cria estímulo para o retorno de jovens à escola e para a qualificação profissional dos que têm entre 18 e 24 anos. A matéria será enviada à sanção.

Senadores destacam alcance da iniciativa

A aprovação do ProJovem foi aplaudida por diversos senadores. Paulo Octávio e Leomar Quin-

tanilha destacaram os efeitos da iniciativa e pediram mais projetos que beneficiem jovens.

Página 7



AVALIAÇÃO Segundo Mão Santa, programa criado pelo governo anterior é eficiente

Mão Santa critica a política para a educação

O senador Mão Santa (PMDB-PI) defendeu os bons resultados do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que, em breve, poderá ser substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

A proposta de emenda constitucional que cria o Fundeb, elaborada pelo Executivo, deverá ser encaminhada à Câmara dos Deputados no próximo dia 14.

Mão Santa afirmou que, no Chile e na Argentina, a população recebeu educação e que, no Brasil, as universidades são recentes, tendo o país perdido "o primeiro bonde da história" da educação. Recentemente, disse o senador, foi aprovado um nome do Itamaraty para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), e, no entanto, o país tem um débito de US\$ 18 milhões com aquela instituição. Ele informou que quem não paga, não tem direito a votar, nem a falar.

– Estamos perdendo a grande oportunidade, agora, de estar com a Unesco. Não vamos ter benefícios, convênios.

Tebet saúda entrada em vigor da Lei de Falências

■ Senador lembra que nova lei facilitará a recuperação das empresas em dificuldade

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) saudou, da tribuna, a nova Lei de Falências, da qual foi relator, e que entrou ontem em vigor, depois de 11 anos de tramitação. Para Tebet, a lei facilitará a recuperação das empresas em dificuldade, ajudando a gerar mais empregos e, conseqüentemente, diminuindo o chamado custo Brasil. Na opinião do senador, a lei veio para substituir uma

Fotos: Roosevelt Pinheiro



ENTRAVES Ramez Tebet lembra que Brasil aguarda conclusão das reformas tributária e da Previdência

legislação antiquada.

– Um dos grandes entraves para o desenvolvimento do país é o chamado custo Brasil. Nós temos uma das maiores burocracias do mundo – disse

Tebet, lembrando que, no Brasil, demora-se mais de 150 dias para abrir uma empresa.

A principal novidade da lei é o fim da concordata, substituída pela recuperação judicial. Para entrar no processo de recuperação, a empresa precisa antes renegociar suas dívidas tributárias e apresentar Certidão Negativa de Débitos.

Tebet reclamou que o Brasil tem ainda algumas reformas incompletas, como a da Previdência e a tributária, que está paralisada na Câmara dos Deputados. Esses fatos prejudicam o desenvolvimento do país, acredita o senador, pois geram insegurança e desestimulam os investidores.



APELO Raupp pede ao governo que libere mais de R\$ 70 milhões para estradas federais em Rondônia

Raupp cobra recuperação de rodovias

Valdir Raupp (PMDB-RO) fez apelo ao governo federal para que sejam liberados mais de R\$ 70 milhões destinados a obras de construção e restauração de rodovias federais que cruzam seu estado.

Raupp informou que, dos R\$ 95,5 milhões aprovados no Orçamento para esse fim, apenas R\$ 9,3 milhões já foram empenhados.

O senador também cobrou a votação do projeto de lei de conversão originado da Medida Provisória 2.166-67, que estipulou percentuais máximos para desmatamento da Amazônia.



DESMEMBRAMENTO Antônio Leite apresenta duas propostas para viabilizar novo estado

Antônio Leite quer criar o Maranhão do Sul

O senador Antônio Leite (PMDB-MA) defendeu o desmembramento do estado do Maranhão. Segundo o parlamentar, isso iria auxiliar no desenvolvimento da região. Visando à criação do estado do Maranhão do Sul, ele apresentou duas propostas: a primeira, um projeto de decreto legislativo, institui o plebiscito para criação do novo estado em 49 municípios do sul do Maranhão; a segunda, um projeto de lei, altera a Lei 9.709, determinando que o plebiscito para a divisão do estado só deve ser feito com os eleitores da área a ser desmembrada.

Agenda

Combate ao trabalho infantil em discussão

O Plenário promove hoje, a partir das 10h, sessão especial com o objetivo de marcar o Dia Mundial pela Erradicação do Trabalho Infantil. O primeiro orador inscrito é

o senador Cristovam Buarque (PT-DF). Na próxima semana, o Plenário retoma a análise dos projetos originados de medidas provisórias que trancam a pauta de votações.



Rádio debate desmatamento na Amazônia

O Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado em 5 de junho, é tema da reportagem especial que a Rádio Senado

apresenta hoje, às 20h. O programa discute as principais questões ambientais, como as queimadas, o desmatamento na

Amazônia, entre outras. A reportagem especial tem reprise amanhã, às 10h, e no domingo, às 17h.

Bidu Sayão

A TV Senado reapresenta o documentário sobre o centenário da cantora lírica Bidu Sayão, primeira obra para TV sobre a carreira da artista, destaque internacional nos anos 30 e 40. O programa vai ao ar hoje às 22h30, com reprise amanhã às 22h30.

Fale com o Senado

O serviço Alô Senado recebe ligações gratuitas, de todo o território nacional, pelo telefone 0800 612211, durante 24 horas. As sugestões, perguntas e reclamações são encaminhadas aos órgãos competentes.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Mais espaço para atuação de parlamentares na LDO de 2006

Para possibilitar a apresentação de emendas ao anexo de metas e prioridades do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem normas específicas. Agora, os parlamentares poderão, por exemplo, modificar programas e ações definidos pelo Executivo na exposição de motivos que encaminhou o projeto da LDO do próximo exercício (PLN 4/05).

Outra providência foi dilatar para 17 de junho o prazo para o encaminhamento de emendas ao projeto da LDO, que vence ontem. Entretanto, a data final da tramitação permaneceu dia 28 deste mês, quando está prevista a votação do relatório do deputado Gilmar Machado (PT-MG).

Os líderes dos partidos com assento na CMO decidiram na quarta-feira estabelecer normas transitórias para a LDO de 2006. Eles concluíram que não haveria prazo hábil para o projeto de lei seguir as mudanças no processo orçamentário que estão em discussão pelos senadores e deputados encarregados de propor o novo texto da Resolução nº 1 do Congresso. Essa comissão mista temporária não conseguiu avançar esta semana e irá se reunir na terça-feira, às 10h.

A decisão mais importante dos líderes, mesmo com a posição contrária de Gilmar Machado, foi adequar a chamada "meta-síntese", uma novidade que o governo introduziu na LDO com designação genérica das suas prioridades. Conforme o projeto encaminhado pelo Executivo, os parlamentares praticamente não poderiam alterar programas e ações do governo.

A meta-síntese da reforma agrária, por exemplo, prevê o assentamento de 115 mil famílias em 2006. Para alcançá-la, o governo propõe um conjunto de ações que, agora, poderão ser modificadas pelos parlamentares, com emendas obedecendo códigos que programam essas providências no Orçamento. Isso restitui a prerrogativa do Legislativo e possibilita o acompanhamento e a fiscalização da execução orçamentária das ações e programas, que devem obedecer as prioridades do Plano Plurianual (PPA).



Parlamentares da base de apoio ao governo querem indicar o presidente e o relator da comissão de inquérito que deverá apurar denúncias de corrupção nos Correios. Opositores reagem

Impasse entre governo e oposição adia trabalhos da CPI dos Correios

A comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) criada para investigar denúncias de corrupção nos Correios foi instalada ontem, mas a falta de acordo entre governistas e opositores sobre quem ocupará os cargos de presidente e relator impediu que houvesse eleição para esses postos. A CPI só poderá trabalhar depois dessa definição.

Os governistas querem indicar para os cargos de presidente e relator um petista ou um peemedebista de sua confiança, enquanto os partidos de oposição (PSDB-PFL), que formam o Bloco da Minoria, argumentam que cabe a eles a prerrogativa de indicar o relator. Conforme a oposição, sempre há rodízio entre oposição e governo nas CPIs mistas, como ocorreu nas duas últimas (da Terra e do Banestado). Agora, conforme o líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), chegou a vez de a oposição ocupar a relatoria. Para fechar um acordo, a oposição abre mão da relatoria, desde que indique a presidência.

A reunião de instalação foi presidida pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), na condição de integrante mais idoso da comissão. José Agripino informou que os governistas chegaram a propor "um acordo inaceitável": que a presidência



NEGOCIAÇÃO Jefferson Péres (ao microfone) convocou nova reunião para terça-feira: expectativa de acordo

fique com um opositor, desde que o nome seja escolhido pelo governo. "Ora, concordar com isso seria uma farsa", rebateu Agripino. A oposição indicou para a presidência o senador César Borges (PFL-BA), rejeitado pelo governo.

No voto

O líder Aloizio Mercadante (PT-SP) sustentou que, sem acordo, o governo prefere que a decisão seja tomada no voto – o PT e seus aliados têm maioria na CPI (nove contra sete). O senador lembrou que foi protocolada na Câmara a criação da CPI do Mensalão (denúncia do deputado Roberto Jefferson), que pode investigar acusação de compra de votos de parlamentares, inclusive em

governos anteriores. O senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, ironizou, lembrando que o ex-ministro Sérgio Motta, que foi tesoureiro do PSDB, já morreu e então só seria possível "ouvi-lo numa sessão espírita". Virgílio sustentou que o governo estava agindo para "dominar a CPI".

– Será que vamos começar uma CPI já com *pizza*? Isso terá graves repercussões, junto à população, para o Congresso e para o governo – completou o líder José Agripino.

Com o impasse, e acreditando que "ainda há um fio de esperança de acordo" para escolha do presidente, relator e vice, Jefferson Péres suspendeu a reunião para que os líderes

tentassem um acordo. As posições foram mantidas e o líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), deixou a reunião pouco antes do seu final informando que a base do governo pretende lançar o nome do senador Delcídio Amaral (PT-MS) para a presidência e, pelo regimento, ele escolheria para a relatoria o deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR).

Ao final, depois de reaberta a reunião, Jefferson Péres convocou novo encontro para terça-feira, na esperança de que governo e oposição acabem "com essa marcha da insensatez" e fechem um acordo. "Julgo vital para a eficácia desta CPI que haja um acordo", ponderou.

César Borges protesta contra ação governista

César Borges (PFL-BA) protestou contra a tentativa do governo de controlar a CPI dos Correios, já que pretendia indicar tanto o presidente quanto o relator da comissão.

O parlamentar enfatizou a necessidade de investigar a fundo todas as acusações, evitando transformar Maurício Marinho (ex-funcionário dos Correios flagrado recebendo propina) e o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) em bodes



CUIDADO César Borges quer evitar que Marinho e Roberto Jefferson se transformem em bodes expiatórios

expiatórios.

Em aparte, Efraim Morais (PFL-PB) afirmou que o presidente Lula "diz uma coisa nos palanques, mas continua manobrando por trás das cortinas".

Mercadante rejeita imposição de nomes

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou que as indicações da presidência e da relatoria da CPI dos Correios competem ao PMDB e ao PT, que têm, respectivamente, a maior bancada no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

– Nós estamos tentando buscar um acordo, desde que não haja imposição de nomes, nem da nossa parte, nem da oposição. Se a oposição estiver aberta



CONDIÇÃO Aloizio Mercadante admite acordo "se a oposição estiver aberta ao diálogo"

ao diálogo, para que possamos escolher entre parlamentares que tenham vivência de comissão, que tenham equilíbrio, maturidade, e, portanto, darão confiança ao trabalho da CPI, chegaremos a esse acordo.



Senadores da oposição apontam riscos de manipulação nos trabalhos da CPI dos Correios. Segundo José Jorge, o governo estaria enganando a população ao dizer que apóia as investigações. Já Heloísa Helena condenou "ameaças" dos governistas

"Governistas querem controlar a comissão de inquérito", diz Alvaro

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) –foto– lamentou ontem em Plenário que a reunião de instalação da comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) que vai investigar denúncias de corrupção nos Correios tenha sido suspensa por falta de acor-

do para a formação da Mesa. O senador pediu que o Congresso Nacional não desperdice a chance de dar explicações eficazes ao povo brasileiro e de recuperar a credibilidade junto à nação.

O parlamentar disse que a

base governista deseja compor o comando da CPI “para manipular os trabalhos e evitar que se chegue a conclusões, uma exigência da sociedade”. Ele acusou o Executivo de não ter consideração com o indicado da minoria para presidir a co-

missão, o senador César Borges (PFL-BA).

– O governo quer controlar a presidência e a relatoria da comissão. Isso é um desrespeito à minoria, ao Congresso, ao estado da Bahia e ao povo brasileiro – afirmou.



Roosevelt Pinheiro

ACM: opinião pública foi decisiva para criação da CPI

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse ontem que a comissão parlamentar mista de inquérito que investigará denúncias de corrupção nos Correios só foi criada porque contava com o apoio da opinião pública. Ele acrescentou que, agora, os parlamentares precisam ficar alerta para a existência de “acordos e acordinhos” com o objetivo de conter os desdobramentos dos trabalhos da comissão de inquérito. O senador advertiu para os riscos de o governo querer dominar a CPI pelo número de aliados.

– Até porque esse sistema de



Roosevelt Pinheiro

ALERTA Antonio Carlos adverte para os riscos de o governo querer dominar os trabalhos da comissão

aliados que o governo montou desmontou o Brasil – afirmou.

Antonio Carlos disse que a situação é cada vez mais grave, com denúncias de corrupção

aparecendo em toda parte. Ele frisou que não se pode culpar ninguém sem que à pessoa seja dado o direito de se defender. O senador disse que é muito fácil pretender resolver as denúncias feitas pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) com o afastamento do denunciante.

– Vamos, primeiro, apurar as denúncias para ver se o denunciante estava certo – declarou.

O parlamentar refutou as acusações, que a oposição vem sofrendo, de tentativa de golpe contra o governo.

– Ninguém quer dar golpe. Quem dá golpe, hoje, é o povo nas urnas – opinou.

Efraim pede que governo “não engane o povo”

O senador Efraim Morais (PFL-PB) pediu que o governo “não engane o povo mais uma vez”, manipulando a CPI para apurar apenas o que lhe interessar. Ele espera que o governo não faça o que fez no palanque, “quando prometeu ética, mas a ética acabou no PT”.

– Ainda ontem [quarta-feira] o governo fez uma proposta indecente às oposições. Mandou dizer que aceitaria que a presidência da CPI dos Correios ficasse com um oposicionista, desde que ele pudesse escolher



Moreira Matiz

CONTROLE Efraim espera que CPI não seja manipulada para apurar só o que interessar aos governistas

o nome. É preciso mais respeito às oposições – recomendou.

Efraim defendeu a manuten-

ção de um rodízio nas escolhas de presidentes e relatores de CPIs, alternando governistas e oposicionistas nos dois principais postos de uma comissão de inquérito.

– Presidente Lula, desça do palanque de campanha e caia na real. A CPI vai chegar às verdades com ou sem a presidência e a relatoria da CPI.

O senador afirmou que, conforme ocorre em outras comissões, uma vaga deveria ficar com o governo, enquanto a outra caberia à oposição.

José Jorge: "Desse jeito apuração vai começar em pizza"

O líder da Minoria, senador José Jorge (PFL-PE), afirmou ontem que o governo não está sendo sincero com a população quando diz que deseja a instalação da CPI dos Correios.

A comprovação de suas palavras, disse José Jorge, está nas indicações para membros da comissão, pelos líderes governistas, de parlamentares que se pronunciaram contra a CPI, deixando de fora senadores como Pedro Simon (PMDB-RS) e Mão Santa (PMDB-PI).

Além disso, acrescentou, o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), manifestou a intenção não só de indicar os seus representantes para ocupar a relatoria e a presidência, mas também de vetar os nomes da oposição.

– Desse jeito, esta CPI não vai terminar em *pizza*, vai começar em *pizza* – previu o senador.



Roosevelt Pinheiro

CONSTATAÇÃO Governo não está sendo sincero quando diz que quer instalar comissão, afirma José Jorge

Heloísa Helena teme que comissão se torne um “sepulcro caiado”

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) – foto – garantiu a sua isenção dentro da CPI dos Correios e se disse nauseada com os pronunciamentos de integrantes da base governista, que estariam tentando dificultar os trabalhos da comissão,

ameaçando investigar os possíveis crimes ocorridos durante o governo anterior.

– Não faço parte nem da panelinha do PSDB nem da panelinha do PT – afirmou a senadora, alertando para a possibilidade de “um conluio para

um acobertar o outro”.

Heloísa salientou não ter dúvidas de que o governo de Fernando Henrique “patrocinou crimes contra a administração pública” e acrescentou que o atual governo os acobertou.

Ela criticou ainda a pretensão

do governo de indicar tanto o presidente como o relator da CPI, quebrando uma tradição do Congresso Nacional, em que a maioria e a minoria se revezam nas funções. A seu ver, tenta-se fazer da comissão um “sepulcro caiado”.



Roosevelt Pinheiro

APURAÇÃO Heráclito Fortes afirma que os fatos não podem ir para debaixo do tapete

Heráclito critica atitude da base do Executivo

Heráclito Fortes (PFL-PI) criticou, em Plenário, a tentativa da base governista de indicar o presidente e o relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios. Foi “um dos mais deprimentes espetáculos de que já tomei conhecimento nos meus mais de 25 anos de convívio com este Parlamento”, afirmou.

– Acreditamos na palavra de Lula de que a comissão seria instalada e que tudo seria investigado. Mas a instalação da CPI foi adiada para terça-feira. Esta é mais uma mostra de que, toda vez que tem oportunidade, o veio autoritário do PT se manifesta – acrescentou.

Heráclito garantiu que o Congresso vai apurar as denúncias, apesar do impasse. Ele disse que os fatos não podem “ir para debaixo do tapete” e apelou para que governo e oposição cheguem a um consenso.



Moreira Matiz



PROMESSA Malta lembra que proposta foi compromisso assumido pelo governo federal

Malta pede votação imediata da PEC Paralela

O senador Magno Malta (PL-ES) reafirmou ontem o apoio de seu partido à votação imediata da proposta de emenda constitucional que atenua os efeitos da reforma da Previdência, conhecida como PEC Paralela. O parlamentar lembrou que a apresentação da PEC foi resultado de um compromisso assumido pelo governo, graças ao esforço dos senadores Tião Viana (PT-AC) e Paulo Paim (PT-RS), que saíram em defesa dos trabalhadores. Ele disse que está esperando o cumprimento do acordo feito com o governo para que a matéria seja votada.



BENEFÍCIOS Ana Júlia calcula que valor do plano para 2005/2006 é 300% maior que o último da era FHC

Para Ana Júlia, orçamento do Pronaf é recorde

O valor total do Plano Safra 2005/2006 para a Agricultura Familiar, de R\$ 9 bilhões, foi destacado ontem pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA). O orçamento foi anunciado na quarta-feira pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, e, segundo ela, é quase 300% maior que o último apresentado pelo governo anterior. Para Ana Júlia, "isso é uma demonstração clara do compromisso do governo com a agricultura familiar".

– É justamente no governo Lula que se observam os maiores investimentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).



Senadora anuncia que CPI já tem as assinaturas suficientes; Delcídio também defende investigação; PFL quer proteção para Roberto Jefferson

CPI do Mensalão já pode ser requerida, diz Heloísa

O Senado já tem assinaturas suficientes para requerer a instalação da CPI do Mensalão, que deverá apurar denúncias de corrupção feitas pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ). Segundo ele, o Partido dos Trabalhadores (PT) teria pago propina a deputados do Partido Progressista (PP) e do Partido Liberal (PL). O anúncio foi feito ontem pela senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), após palestra a 76 alunos secundaristas que vieram de Campinas (SP) para participar de um projeto escolar sobre ética e cidadania em Brasília.

– Nós já temos assinaturas para a criação da CPI do Mensalão no Senado, mas também estamos recolhendo assinaturas para a criação de uma CPI mista para investigar as denúncias no Congresso. Também estamos recolhendo assinaturas para um documento que será encaminhado ao Ministério Público em que os parlamentares autorizam a quebra do próprio sigilo bancário e telefônico, pois sabemos que as denúncias não podem ser atribuídas a todos e que a generalização é extremamente perversa. É importante que

aqueles que nada temem assinem o documento – disse.

Porém, Heloísa Helena frisou acreditar que a CPI dos Correios será capaz de esclarecer muitas das denúncias feitas pelo deputado Roberto Jefferson.

– Mesmo numa única CPI os mistérios sujos da corrupção acabarão sendo desvendados, porque a CPI tem prerrogativa e poder de investigação próprios da autoridade judicial. Ela pode quebrar de pronto o sigilo bancário, fiscal e telefônico até antes da Polícia Federal, que tem que pedir autorização judicial para fazê-lo – afirmou.



APURAÇÃO Delcídio destaca que governistas vão se empenhar nas investigações sem nenhum temor

Delcídio: CPI foi encaminhada pelo PT e aliados

O líder do PT, senador Delcídio Amaral (MS), anunciou ontem que, por iniciativa do PT e de partidos aliados, será instalada a comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar as denúncias do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) sobre o "mensalão".

Ao destacar a importância de que o funcionamento da CPI se restrinja à Câmara dos Deputados, o senador disse que os governistas vão se empenhar nas investigações sem nenhum temor, pautados pelo discurso transparente do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no 4º Fórum Global de Combate à Corrupção.

Para o senador, o PT e os aliados mostrarão à sociedade a lisura do governo e o seu compromisso com os cidadãos brasileiros.

PFL defende proteção policial para deputado

Logo depois de reunião realizada ontem pela Executiva Nacional do PFL, o presidente do partido, senador Jorge Bornhausen (SC), e o prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, afirmaram que o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) deve receber proteção policial.

– Toda vez que uma pessoa faz denúncias graves, a precaução é necessária – disse Bornhausen.

César Maia, por sua vez, assinalou que a Polícia Federal já deveria estar protegendo o deputado. Indagado por um jornalista se Roberto Jefferson está correndo risco de morte, o prefeito respondeu:

– A proteção à testemunha já devia ter sido dada há muito tempo.

O presidente do PFL anunciou que seu partido apresentará à Procuradoria Geral da

República notícia-crime contra o tesoureiro nacional do PT, Delúbio Soares, com base nas afirmações de Roberto Jefferson de que o tesoureiro seria o responsável pelo pagamento de mesadas a parlamentares. Bornhausen anunciou ainda que o partido pedirá a autoconvocação do Congresso, sem ônus para o erário, durante o recesso de julho, para que a CPI realize suas investigações e para que seja votada a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

O senador afirmou que o PFL ratificou intransigente posição em favor da apuração das irregularidades, não abrindo mão do entendimento de que a relatoria da CPI deve ser dada ao bloco PSDB-PFL. Na opinião dele, qualquer tentativa de impedir isso coloca o governo sob suspeição e caracteriza "uma operação-abafa".



MEDIDAS Bornhausen anuncia que o partido irá apresentar notícia-crime contra o tesoureiro do PT junto à Procuradoria Geral da República



DIFICULDADES Augusto afirma que preço da pesquisa levou governo a desistir da atualização do trabalho

Augusto quer que IBGE atualize Censo de 2000

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) lamentou ontem decisão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de não atualizar o censo feito no ano 2000 devido às "restrições impostas pelo Ministério da Fazenda". De acordo com ele, o argumento é de que a pesquisa custaria R\$ 300 milhões ao governo. O senador pondera que passados cinco anos desde o último censo os dados devem estar desatualizados.

– O caminho seguro do desenvolvimento passa por um planejamento detido e balizado por números e estatísticas precisas – afirmou.



DESTAQUE Flexa Ribeiro observa que o estado é o líder da região Norte na geração de empregos

Flexa Ribeiro elogia governador Simão Jatene

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) elogiou ontem a gestão de Simão Jatene (PSDB-PA) à frente do governo do Pará. Ele afirmou que Jatene vem alterando o perfil econômico do estado por meio de investimentos em infra-estrutura.

– Não é à toa que o Pará é o líder da região Norte na geração de empregos – frisou, acrescentando que, em 2004, foram criados 38,2 mil empregos com carteira assinada.

Esses números, segundo Flexa Ribeiro, levaram o Pará à oitava colocação entre os 27 estados brasileiros que obtiveram, no ano passado, saldo positivo na geração de empregos.

Senado participa na Câmara do debate sobre a reforma política

■ Patrícia Saboya e Ramez Tebet representarão a Casa nas discussões com os deputados

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem que os senadores Ramez Tebet

Maguito Vilela



CAUSA Segundo Maguito Vilela, liberdade dos políticos sobre seus mandatos favorece os desvios

Corrupção será evitada com regras mais rígidas

A implementação urgente da reforma política seria a solução mais eficaz para combater a corrupção no país, afirmou o senador Maguito Vilela (PMDB-GO).

– Se observarmos todos os casos de corrupção dos últimos anos, iremos concluir que a grande maioria deles está ligada ao financiamento de campanha ou à liberdade que os políticos têm de fazer o que bem entendem de seus mandatos. Muitos dos casos denunciados não teriam existido se o Brasil dispusesse de regras rígidas para a política – observou. Para ele, as trocas de partido no Congresso são vergonhosas.

– A falta de fidelidade partidária enfraquece a base do sistema eleitoral – opinou.

(PMDB-MS) e Patrícia Saboya (PPS-CE) vão representar a Casa nos debates em torno da reforma política, na Câmara.

A reforma política passou a ser considerada prioritária para os congressistas, principalmente após as denúncias de corrupção envolvendo líderes partidários e órgãos do governo federal. O próprio presidente

João Batista Motta



CRÍTICA João Batista Motta considera o instituto da reeleição "uma excrescência eleitoral"

Concessões são feitas visando à reeleição

O senador João Batista Motta (PMDB-ES) defendeu a adoção de uma agenda positiva pelo Senado, citando a reforma política como uma das prioridades a serem assumidas. Para Motta, essa reforma seria capaz de pôr fim a muitas das "mazelas que dão origem à corrupção e, conseqüentemente, a tantos escândalos". O parlamentar também defendeu a substituição do presidencialismo pelo parlamentarismo.

– Vamos acabar com o instituto da reeleição, a maior excrescência eleitoral já introduzida no Brasil. É para viabilizá-la que o Poder Executivo realiza concessões – declarou.

O senador se disse favorável à realização de eleições de cinco em cinco anos, para que o país possa "trabalhar mais".

Luiz Inácio Lula da Silva pretende mandar ao Congresso, em 40 dias, uma proposta sobre o tema.

Vários dos projetos de reforma política em tramitação na Câmara nasceram e foram aprovados no Senado. Entre os mais polêmicos, estão o que prevê o financiamento público das campanhas, o que dispõe

Garibaldi Alves



PRIORIDADE Reforma política deve entrar na pauta da Câmara o quanto antes, ressalta Garibaldi

Mudanças devem ser adotadas com urgência

A Câmara dos Deputados deveria incluir, o quanto antes, a apreciação da reforma política em sua pauta de atividades. A opinião é do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), para quem a atual crise política poderia ter sido evitada se medidas como o financiamento público de campanhas e a fidelidade partidária, ambas previstas pela reforma, já tivessem sido adotadas. Ele lembrou que a matéria já foi aprovada pelo Senado.

– Eu gostaria que, em alguma dependência da Câmara dos Deputados, os parlamentares estivessem reunidos para tratar do que é a verdadeira causa de boa parte das dificuldades que enfrentamos: a reforma política, que ainda não foi feita – afirmou Garibaldi.

sobre fidelidade partidária e sobre o fim das coligações nas eleições proporcionais.

Durante os debates em Plenário, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e os senadores pelo PMDB Maguito Vilela (GO), Garibaldi Alves Filho (RN), João Batista Motta (ES) e Amir Lando (RO) pediram urgência na adoção das mudanças.

Amir Lando



AVANÇO Para Amir Lando, reforma poderá vincular representação política à vontade popular

Desvios podem ser combatidos de maneira exemplar

Para vencer "os dias tenebrosos que nos circundam", o senador Amir Lando (PMDB-RO) recomendou ontem que o Congresso implemente a reforma partidária. O parlamentar afirmou que somente as mudanças introduzidas pela reforma poderão vincular a representação política à vontade popular. Essa representação, hoje, se identifica com interesses de grupos.

Para Lando, só uma reforma política "ampla, geral e irrestrita" poderá permitir que "a ética seja a tessitura de todos os atos, onde os desvios sejam combatidos de maneira exemplar". Ele sugeriu que, diante do quadro de crise política, o Congresso também avalie a conveniência "do presidencialismo imperial que temos hoje".



DIÁLOGO Em conversa com Renan, o presidente disse querer participar das discussões da reforma

Renan: Lula quer contribuir com o Legislativo

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, disse ontem ao presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, que quer participar pessoalmente das discussões em torno da reforma política e outros projetos de interesse nacional. Lula também afirmou que gostaria de se reunir com lideranças partidárias e marcou para segunda-feira nova reunião com Renan e com o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti.

– É muito bom que isso aconteça. É a compreensão definitiva de que precisamos ter uma agenda que mobilize todo mundo. O presidente nos disse que gostaria de fazer uma reunião mais ampla conosco, com o presidente do Supremo Tribunal Federal e um representante do Ministério Público. Isso significa um amadurecimento das instituições num momento conturbado da vida política – assinalou Renan.

O senador revelou que o presidente da República disse estar disposto a fazer o que for possível para não atrapalhar o trabalho do Congresso Nacional. Inclusive, por meio de acordo, transformar em projeto de lei algumas medidas provisórias que estão tramitando na Câmara.

Visando evitar a radicalização entre governo e oposição na CPI dos Correios, Renan revelou que fez um apelo aos líderes para que tentem buscar o consenso.

Valadares pretende relacionamento eficaz entre governo e Congresso

Líder do PSB, o senador Antônio Carlos Valadares (SE) afirmou que a reforma política é fundamental para efetivar as mudanças de que o Brasil precisa. Na opinião do senador, a proposta de alteração das regras da política eleitoral e partidária resulta de um paradoxo:

de um lado, a liberdade de ação política e a participação popular e, de outro, a deterioração progressiva da classe política brasileira.

O senador lembrou que o Legislativo tem sido acusado de "moroso e subserviente" às vontades do Executivo. Este

responsabiliza o Congresso pela falta de políticas e projetos, quando, na realidade, é o próprio governo que, com as medidas provisórias, provoca o retardamento das mudanças necessárias ao crescimento do país. Valadares acredita que a reforma deve fornecer as

condições para um "relacionamento produtivo e eficaz" entre o Executivo e o Legislativo, resgatando a imagem do Congresso Nacional e respeitando a vontade do eleitor.

A proposta, avalia, tem esbarrado em dificuldades para tramitação na Câmara.



CONFIANÇA Conforme Valadares, mudança nas regras políticas pode resgatar a imagem do Congresso

José Cruz



SABATINA Cristovam Buarque (C), entre os diplomatas Sette Câmara da Fonseca (E) e Macedo Soares Guimarães, preside a reunião da CRE

Comissão acolhe indicações para as Filipinas e Unesco

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem, por unanimidade, as indicações dos diplomatas Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa, para exercer o cargo de embaixador do Brasil nas Filipinas, e Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães para delegado permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco).

Em sua exposição aos senadores, Sette Câmara disse que, entre os seus objetivos principais nas Filipinas, estão o de fortalecer as relações políticas entre os dois países, hoje muito fracas, e o de estimular as exportações brasileiras para o mercado filipino.

Ele destacou que nunca houve visitas oficiais de ministros ou presidentes brasileiros às Filipinas ou de representantes de governos daquele país ao Brasil. Mesmo assim, o comércio bilateral movimentava cerca de US\$ 450 milhões, observou. Há ainda espaço, como lembrou o diplomata, para produtos de alto valor agregado, como artigos de joalheria.

Por sua vez, Macedo Soares recordou discurso que o presidente da CRE, senador Cristovam Buarque (PT-DF), fez na Unesco, em 2004, quando era ministro da Educação. E disse que a proposta de um Fundo para Investimentos em Educação, nos países do Terceiro Mundo, vem apresentando desdobramentos promissores.

Despejo de quilombo no RS será discutido em audiência

A Subcomissão de Igualdade Racial e Inclusão aprovou ontem requerimento para realização de audiência pública em Porto Alegre (RS) com o objetivo de discutir ação de despejo contra o primeiro quilombo urbano reconhecido no Brasil, localizado naquela cidade. O autor do requerimento, senador Paulo Paim (PT-RS), salientou que a audiência é importante para que não haja injustiças.

Ele disse que, apesar de existirem aproximadamente 5 mil quilombos no Brasil, o assunto ainda não está regulamentado.

O parlamentar enfatizou a importância da discussão do tema por toda a sociedade, e não apenas pelas comunidades envolvidas.

– A luta contra o preconceito e o racismo não é uma luta de negros, mas de brancos e negros que têm solidariedade – afirmou.

A questão racial, segundo o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), não deve ser tratada com indiferença. Ele ressaltou que não aceita qualquer tipo de racismo ou discriminação e nem compartilha de ações desse tipo.

Senado aprova política para inclusão dos jovens

■ Projeto que incentiva o retorno à sala de aula e a qualificação profissional vai à sanção do presidente

Os senadores aprovaram ontem o projeto de lei de conversão da medida provisória (MP) que cria o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) e a Secretaria Nacional da Juventude. A matéria vai agora à sanção presidencial.

O objetivo do programa, instituído pela MP 238/05, é incentivar jovens a retornarem à escola e proporcionar aos que têm entre 18 e 24 anos a conclusão do ensino fundamental, a qualificação profis-

sional e a atuação em ações comunitárias. Dez por cento das vagas serão destinadas a portadores de deficiências. Os atendidos pelo programa receberão bolsa mensal de R\$ 100. O ProJovem funcionará por dois anos, quando serão avaliados os resultados e se deve continuar.

A coordenação do programa ficará a cargo da Secretaria Geral da Presidência da República. A proposta também instituiu o Conselho Nacional da Juventude, composto por 60 membros.

A relatora-revisora, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), destacou em seu parecer favorável a importância do projeto. Ela afirmou que o programa surgiu no governo Fernando Henri-

que, com a denominação de Agente Jovem. A informação foi ratificada pelo líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), que lamentou a paralisação da iniciativa no atual governo.

A proposta cria ainda residência para profissionais de saúde, como enfermeiros. Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou o fato de o projeto prever 25 cargos públicos, aumentando despesas. Aloizio Mercadante (PT-SP) afirmou que o ProJovem é de amplo alcance social e vai atingir 1 milhão de jovens. Também discutiram a matéria Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), José Jorge (PFL-PE), Eduardo Suplicy (PT-SP), José Agripino (PFL-RN), Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).



Roosevelt Pinheiro

ACÇÃO Segundo Paulo Octávio, jovem deve ser prioridade nos ministérios

Paulo Octávio pede mais projetos para juventude

Ao elogiar, em Plenário, a aprovação do projeto de conversão da medida provisória (MP) que cria o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), o Conselho Nacional da Juventude e a Secretaria Nacional da Juventude, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) pediu ao governo federal a adoção de mais políticas públicas voltadas para a inclusão dos jovens brasileiros.

– Todos os ministérios devem ter os jovens como prioridade, pois é pelas mãos deles que construiremos um país melhor – afirmou o senador, lembrando já ter apresentado projetos de lei nesse sentido.

Paulo Octávio argumentou que 20% da população do país têm entre 15 e 24 anos de idade, "um contingente que sofre com taxa de desemprego de 19% e no qual está a maioria das vítimas da violência". Segundo o representante do Distrito Federal, durante os anos 90, o número de mortes de brasileiros entre 20 e 24 anos aumentou 134%.

Em aparte, Leomar Quintanilha (PMDB-TO) disse que "a educação é o grande presente que o Estado deve dar à juventude brasileira".

Quintanilha: programa é pleito da sociedade

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) comemorou a aprovação, pelo Plenário, do projeto de lei de conversão da medida provisória do ProJovem, que, entre outros objetivos visa assegurar a qualificação profissional de milhares de brasileiros, além de estimular a conclusão do ensino fundamental.

– O que será do país se não cuidarmos da formação das novas gerações que haverão de nos suceder? A medida provisória que aprovamos é da maior importância porque é reivindicação de uma faixa da população que representa mais de 34 milhões de brasileiros – declarou o parlamentar.

Leomar Quintanilha afirmou que um grupo de trabalho, composto por representantes de 19 ministérios, elaborou diagnóstico sobre os principais desafios a serem enfrentados por um conjunto de políticas que busquem beneficiar a juventude.

Esses desafios, enfatizou, consistem na ampliação do acesso a escolas de qualidade; erradicação do analfabetismo; promoção da qualificação profissional; geração de empregos; melhoria da qualidade de vida dos jovens no meio rural; e democratização do acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia.



Roosevelt Pinheiro

METAS Quintanilha lembra principais desafios a serem enfrentados

Compensação de R\$ 900 milhões para estados

O projeto de lei de conversão da medida provisória (MP) que autoriza o governo a destinar R\$ 900 milhões para estados e municípios, com o intuito de fomentar as exportações, também foi aprovado ontem pelo Plenário.

A proposição destina 75% dos recursos aos estados e 25% aos muni-

cípios, rateando o que caberá a cada unidade da Federação por meio de coeficientes de participação. O objetivo é compensar os estados pela desoneração das exportações promovida pela Emenda Constitucional 42 e pela chamada Lei Kandir (Lei Complementar 87/96).

Marcelo Crivella (PL-RJ), dizendo-

se indignado, ressaltou que a medida provisória comete "uma grande injustiça" com o Rio de Janeiro, que atrai grande quantidade de divisas por meio do turismo, mas receberá poucos recursos.

MP legaliza empréstimos

Além de liberar recursos para exportação, a medida provisória ex-

cluiu empréstimos para o Programa Nacional de Iluminação Pública (Reluz) dos limites de endividamento.

Pela proposição, também ficaram excluídos das restrições legais os empréstimos para a modernização da administração pública e aqueles voltados para programas em andamento.



GANHOS Patrícia Saboya preside sessão da CAS que decidiu ampliar direitos conferidos aos trabalhadores domésticos

Fim de descontos sobre salários de domésticos

■ Aprovado em comissão, projeto que impede cobrança de alimentos e moradia vai agora a Plenário

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem substitutivo do senador Marcelo Crivella (PL-RJ) ao projeto de lei da Câmara (PLC 13/05) que impede os empregadores de efetuar descontos nos salários dos empregados domésticos referentes a alimentação, higiene ou moradia. A matéria, que altera dispositivos da lei que regulamenta a profissão dos domésticos (5.859/72), será votada agora em Plenário.

O texto do relator permite descontos somente de adiantamentos ou da parte devida pelo empregado para a contribuição previdenciária. Crivella argumentou que o empregado só reside no local de trabalho por necessidade do empregador, que, em retorno, recebe maior prestação de serviços, já que "não há jornada delimitada para o trabalho doméstico". O parecer de Crivella foi lido por Flávio Arns (PT-PR).

O substitutivo acaba ainda com a necessidade de o empregado doméstico apresentar atestado de boa conduta para obter emprego, mas acrescenta a obrigação de entregar, ao empregador, o número de inscrição na Previdência Social,

para anotação na carteira de trabalho, que também deve ser assinada no prazo máximo de dez dias após a admissão.

Cartel

A CAS também aprovou parecer de Sérgio Cabral (PMDB-RJ) pelo arquivamento de ofício do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) sobre decisão em denúncia de cartelização da hemodiálise. O órgão havia arquivado o processo por falta de indícios, mas pediu ao Senado que analisasse possível contradição entre o princípio constitucional da livre concorrência e inciso do artigo 199 da Constituição, que veda a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde.

Trabalho escravo debatido em audiência

Em audiência na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) da Terra, ontem, a secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho, Ruth Beatriz Vilela, contou que o órgão inspecionou 26.227 fazendas entre 2003 e 2005, atendendo mais de 2 milhões de trabalhadores. A conclusão, disse, foi de que 9.073 estavam em situação análoga à de escravo – menos de 1%. Segundo ela, os casos "são residuais", mas não minimizam o problema geral da falta de assistência aos trabalhadores do campo.

A procuradora regional da República Raquel Dodge elogiou os esforços do Congresso no combate ao trabalho escravo, mas defendeu o aprimoramento da legislação sobre o as-



SOLUÇÃO Letícia Sabatella, entre Kaipper Henrique e Beatriz Vilela, defende reforma agrária como forma mais eficaz de acabar com o trabalho forçado

sunto. Atriz e representante da ONG Humanos Direitos, Letícia Sabatella disse que a reforma agrária é a forma mais eficiente de acabar com o problema.

O presidente da CPI, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), destacou a importância do apoio à causa de figuras públicas "de prestígio", como a atriz.

Sessão especial para combater trabalho infantil

Dia 12 de junho é a data mundial de combate ao trabalho infantil. Em todo o país, haverá manifestações com o objetivo de chamar a atenção da sociedade para a presença irregular de crianças no mercado de trabalho. Antecipando-se à data, o Senado realiza hoje, às 10h, sessão especial para debater a questão.

Estarão presentes cerca de 200 representantes de entidades governamentais e da sociedade civil engajadas na causa, além de 60 crianças atendidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), do Ministério do Trabalho, e pela organização não-governamental (ONG) Missão Criança.

O Brasil vem avançando em relação ao combate à exploração da mão-de-obra infantil. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

mostram que, em 1992, havia mais de 8 milhões de crianças e adolescentes entre cinco e 17 anos no mercado de trabalho. Em 2002, esse número caiu para cerca de 5,5 milhões e, em 2003, recuou para 5 milhões.

No Brasil, admite-se o trabalho de menores sob condições restritas. A partir dos 14 anos, adolescentes podem atuar como aprendizes e, somente aos 16, ingressar formalmente no mercado. No mundo, são 246 milhões de crianças entre cinco e 17 anos trabalhando.

A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), coordenadora, pelo Senado, da Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente, afirma não ser mais possível tolerar o trabalho infantil. "O Brasil precisa, de uma vez por todas, respeitar o direito que toda criança tem de ir à escola e brincar", ela defende.



LIMITE Serys (entre Heloísa Helena e Papaléo): mulheres representam mais da metade da população, mas a presença feminina na política é reduzida

Instalada Comissão da Mulher Latino-Americana

A Comissão Especial Mulher Latino-Americana e Caribenha foi instalada ontem e deve funcionar até o fim deste ano. A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), autora do requerimento para criação do colegiado, foi eleita para a presidência, e o senador Papaléo Paes (PMDB-AP), para a vice-presidência. A relatoria ficou com a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

O objetivo da comissão é planejar e coordenar a execução das atividades referentes às comemorações pelo Ano Internacional da Mulher Latino-Americana – 2005, instituído pelo Parlamento Latino-Americano. A reforma política está entre os

tópicos que a comissão quer discutir durante o ano em todos os países da América Latina.

A participação da mulher na política é um ponto importante a ser analisado, segundo Serys.

Ela informou que, apesar de a população brasileira ser composta por 52% de mulheres, a presença delas na política não passa de 10%. Serys defende a reavaliação de questões como o financiamento de campanhas e a lei de cotas.

Papaléo Paes salienta que a própria cultura desestimula o interesse da mulher pela política, mas observa que há um crescimento da presença feminina no âmbito dos legislativos, inclusive no Senado.